

---

# Editorial

Esta edição da revista *Paidéia* é a expressão dos sonhos de muitos dos que constroem a Educação de Jovens, Adultos e Idosos no Brasil atualmente.

Dados do Censo 2010 informam que as pessoas com 15 anos ou mais que não concluíram os anos iniciais do ensino fundamental somam 14,6 milhões de analfabetos, 30 milhões de pessoas que não completaram os anos finais do ensino fundamental e, além desses, 15 milhões de pessoas não chegaram ao fim do ensino médio. Ao todo, são aproximadamente 60 milhões de brasileiros e brasileiras que não tiveram assegurado seu direito constitucional à educação. (ANDRADE; BRENNER; FARAH NETO, 2011)

Esses dados apontam, ainda, que, dos 14,6 milhões de analfabetos contabilizados, 9,2 milhões (63%) estão na zona rural e 7,1 milhões (48,6%) são do sexo feminino. No que se refere às faixas etárias, 43% dos analfabetos têm entre 40 e 64 anos e 28% mais de 64 anos. Quanto à renda, a maioria (97%) tem rendimentos até dois salários mínimos. Destaque-se, ainda, a maior presença dos analfabetos na Região Nordeste – 19,5% dos homens e 15,9% das mulheres.

No que se refere à Educação de Jovens e Adultos, a presença de jovens tem aumentado significativamente em alguns segmentos urbanos. Conforme dados do Censo Escolar (INEP, 2013), enquanto no 1º segmento, 22,5% dos educandos tinham entre 18 e 29 anos em 2010; no segundo segmento, 70,3% dos estudantes estavam na faixa etária entre 15 e 29 anos. Já no ensino médio, esse percentual atinge 65,9% para a faixa etária entre 18 e 29 anos, conforme dados da mesma fonte.

Considerando os dados acima, podemos afirmar que grande parte dos educandos da educação de jovens, adultos e idosos possui baixa renda, são negros ou pardos, e quanto mais se aproximam do Ensino Médio, mais jovens são os educandos. Há também uma forte presença dos analfabetos no campo. São, portanto, sujeitos que tiveram poucas oportunidades, sendo socialmente excluídos por uma multiplicidade de fatores. Mas e o direito dessas pessoas? E a situação desses sujeitos de direitos?

Criados a partir de 1998, os Fóruns de Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Brasil constituem a manifestação de uma rede de instituições, entidades e pessoas que, ao se perceberem juntas, veem a condição de uma intervenção mais orgânica na busca da construção de uma política pública de EJA em nosso país que garanta a efetivação dos direitos dos sujeitos educandos dessa modalidade. A presença desses diversos segmentos atuando na EJA – gestores públicos e privados, formadores e estudantes universitários, setor empresarial, movimento sindical, movimento social, movimentos populares, organizações não governamentais, educadores e educandos – explicita que a temática da EJA é fruto de questões estruturais da sociedade brasileira, o que demanda uma ação articulada entre eles. É por meio da estruturação de tal ação que os Fóruns de EJA do Brasil avaliam que contribuem efetivamente para a implementação da EJA como *política de Estado*<sup>1</sup>.

Um olhar histórico sobre o que ocorreu a partir de 1996, quando o governo federal mobilizou agentes de todo o país em preparação

<sup>1</sup> Sugerimos ao leitor mais interessado que acesse o site do Portal dos Fóruns de EJA do Brasil: <[www.forumeja.org.br](http://www.forumeja.org.br)>.

à *V Conferência Internacional de Educação de Adultos*, organizada pela Unesco, em 1997, na cidade de Hamburgo, Alemanha, até hoje nos permite afirmar que há um espaço de interlocução importante criado entre o governo federal e os Fóruns de EJA. Tal interlocução já resultou em proposições importantes para essa modalidade e para a educação em seu conjunto de níveis e modalidades. A realidade, todavia, ainda exige aberturas nessa parceria para que se garanta o aprendizado da gestão democrática e da construção coletiva, cooperativa e propositiva.

As ações do governo brasileiro para a EJA são reconhecidas como avanços. Exemplos disso são a inclusão da EJA no Fundeb, o diálogo mais próximo possível com a Secadi, a inclusão da diversidade na agenda da EJA. Entretanto, por não responderem a todas as demandas, entendidas como direito dos educandos, demarcam a necessidade dos Fóruns em defenderem o direito à EJA de qualidade social como Política de Estado. Pode e deve ainda ser ressaltada a capacidade de organização, mobilização e articulação dos Fóruns de EJA no Brasil, configurando-se como uma referência nacional e internacional de construção de um processo democrático de ampla representação e de diálogo no debate da EJA.

Os Fóruns de EJA envolvem sujeitos, entidades e instituições nos 27 Estados e no Distrito Federal, organizados em 89 Fóruns Regionais. Entretanto, ainda que significativos os números citados, muitos são os desafios enfrentados, diariamente, por esses coletivos. Tais desafios fizeram com que esses coletivos percebessem que somente pela ação conjunta, partilhando dificuldades, como também alternativas bem-sucedidas, conseguirão avançar na luta pela efetivação de políticas públicas de EJA e garantir o direito à educação ao longo da vida.

Desde a primeira edição de seus encontros nacionais, os Enejas, os Fóruns de EJA do Brasil apontam para a necessidade de dar visibilidade às práticas de sala de aula, às vivências coletivas, à

construção de conhecimento que se efetiva pelo viés da Educação Popular, aos espaços de formação político-pedagógica que esses Fóruns constituem. Nesse sentido, a coordenação do Fórum Mineiro de EJA apresentou aos demais Fóruns do Brasil a proposta da construção desta edição da revista *Paidéia*, com artigos que tratam de experiências relacionadas ao Fórum de EJA ao qual o autor se vincula.

Assim, é com enorme alegria e por acreditar que “não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão” (FREIRE, 1987, p. 78) que a Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde/Universidade Fumec e o Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação de Jovens e Adultos da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (Neja/FaE/UFMG) apresentam esta edição temática “Os Fóruns de Educação de Jovens e Adultos do Brasil: a participação social na construção de políticas públicas” para sua apreciação.

Trazemos aqui sete artigos. São experiências, reflexões, análises sobre o fazer dos Fóruns de EJA do Brasil nas interfaces dessa modalidade prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN – Lei n. 9.495/96) com as diferentes diferenças, com a demanda pelas políticas públicas, com os sujeitos de direitos que atuam e que a acessam.

No artigo *A prática criativa no ofício do professor de EJA*, as autoras Eliete Correia dos Santos e Maria Erivalda dos Santos Torres, do Fórum de EJA de Pernambuco, fazem uma reflexão teórica de três conceitos básicos para a ação do professor de EJA, de forma a propiciar o desenvolvimento da autonomia e da criatividade em sala de aula. Baseiam-se em Bakhtin (1992) para o conceito de interação verbal e linguagem; em Dolabela (2000; 2003) para o de empreendedorismo; em Chevallard (1991), Bronckart e Giger (1998) para o de transposição didática; dentre outros. As autoras revelam que o Fórum Estadual EJA/PE é um organismo de participação social em rede e age no âmbito das políticas públicas da

EJA, no sentido de efetivá-las. A ideia mais louvável está na ação conjunta em prol de uma sociedade de construção e reflexão a respeito das políticas públicas da EJA.

No segundo artigo, *Centro Memória Viva: documentação e referência em EJA, educação popular e movimentos sociais*, Maria Emília de Castro Rodrigues, Maria Margarida Machado e Danielly Cardoso da Silva, do Fórum de EJA de Goiás avaliam que, considerando o avanço tecnológico pelo qual passou a sociedade nas últimas décadas, os pesquisadores têm à disposição diferentes suportes técnicos que permitem garantir a preservação de documentos e objetos capazes de apreender os significados do contexto passado e compreender o presente. Segundo as autoras, existem no Brasil alguns acervos sobre EJA e Educação Popular que se encontram desarticulados, havendo necessidade de unificá-los numa base de dados. Percebe-se, também, que muito do que foi produzido nesse campo encontra-se em acervos pessoais, desorganizados e presentes apenas na memória dos sujeitos que vivenciaram as ações, correndo o risco de se perderem registros raros para a compreensão da EJA na atualidade. As metodologias de pesquisa documental e histórica referenciadas nesse artigo foram definidas coletivamente ao longo da pesquisa, orientadas pelos coordenadores de subprojetos, após estudos e aprofundamento de referenciais que deram suporte às pesquisas.

No artigo *Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o mundo do trabalho: trajetória histórica de afirmação e negação de direito à educação*, Cláudia Borges Costa transita na perspectiva de abordar a trajetória histórica da Educação de Jovens e Adultos e o mundo do trabalho como afirmação e negação de direito. Nesse artigo, a autora busca analisar o conceito de mundo do trabalho, ou mundos do trabalho, como concebe Hobsbawn (1987). Pretende, ainda, analisar o trabalho, conforme Luckács (1978; 1979), tanto na sua forma ontológica quanto na sua condição histórica, desfigurada dos valores humanos. A reflexão sobre o método da

economia política (MARX, 1977) objetiva compreender a contradição capital e trabalho, discussão indispensável no campo trabalho e educação. O debate do direito à educação tem como aporte teórico a ótica de Moll (2010), com a compreensão no sentido de que para a inserção social de milhões de jovens e adultos há a condição primeira de uma escolarização básica obrigatória, pública, gratuita e de qualidade, integrada à formação para o trabalho, na perspectiva dos vários conhecimentos complexos que possibilitem ao trabalhador a condição de dirigente (GRAMSCI, 1991), e não de dominado pelo mundo do capital.

Logo a seguir, Cláudia Regina dos Anjos e Luiz Olavo Ferreira Fonseca discutem o espaço e o tempo de aprendizagem de Arte no Programa Cidadão Nota Dez (CND), no artigo *Entrelaçamentos possíveis: Fórum de EJA, Programa Cidadão Nota Dez e experiências significativas em arte*. O CND foi um programa do governo de Minas Gerais executado mediante parceria entre os governos federal e estadual. Era a versão mineira do Programa Brasil Alfabetizado (PBA). O CND encerrou suas atividades no final de 2009 e passou a ser oferecido, nos mesmos moldes, com outro nome, sendo desenvolvido hoje com o nome de Programa Travessia Nota Dez.

Os autores nos dizem que um dos pilares do programa era a proposta de formação dos educadores e coordenadores que atuavam diretamente com os educandos, por meio de oficinas, palestras, acompanhamento e análise das atividades dessa rede de educadores.

Afirmam, ainda, a recorrência da indagação do que é e para que serve a arte, sobretudo na Educação de Jovens e Adultos, pensando nesses sujeitos que foram impedidos de acessar ou dar continuidade aos seus processos escolares. Dessa forma, a aquisição da leitura, da escrita e de cálculos matemáticos muitas vezes sobrepõe-se às outras áreas do conhecimento, principalmente a da arte.

Nesse texto, os autores levam-nos a refletir sobre as práticas que observaram na cidade de Palmópolis/MG.

Em *O financiamento da Educação de Jovens e Adultos na perspectiva dos Fóruns de EJA do Brasil*, Maria Aparecida Zanetti, reforça a ideia de que os Fóruns de Educação de Jovens e Adultos vêm, ao longo de sua constituição histórica, construindo reflexões, pautas e estratégias para garantir políticas educacionais que contemplem o direito dos jovens, adultos e idosos. A autora busca caracterizar a política de financiamento da EJA baseando-se nos fundos contábeis estaduais – Fundef e Fundeb. Para tanto, revisita os relatórios dos Encontros Nacionais e Encontros Regionais de EJA, organizados pelos Fóruns de EJA do Brasil, buscando caracterizar suas pautas e propostas de ação referentes ao financiamento da Educação de Jovens e Adultos e ao atendimento com qualidade do direito de todos à educação.

Quando escrevo sobre *O Fórum Metropolitano de EJA como agente propositor de pesquisa*, narro e analiso como os 27 Fóruns de EJA do Brasil, formados a partir de 1996, afirmam-se no contexto dos cenários nacional e internacional, como movimento que representa uma forma de exercício na construção de políticas públicas e cujos avanços na efetivação da agenda política ainda são limitados. Convido à reflexão sobre resultado de pesquisa proposta pelo Fórum da região metropolitana de EJA de Belo Horizonte sobre *Estado do conhecimento sobre EJA, TICs e suas interfaces na região metropolitana de Belo Horizonte (1996-2009)*. Para desenvolver tal pesquisa, empreguei uma metodologia de caráter inventariante, bibliográfico, documental e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema investigado, à luz de categorias e da especificidade que se caracterizam, como tais, em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno da produção no campo foi analisado.

Para o estudo da questão central a que me propus, essa foi a metodologia de pesquisa mais adequada que consegui desenhar, considerando o tempo de dois anos de que dispus para desenvolvê-lo e a qualidade do trabalho proposto.

No último artigo desta revista, Neura Maria Weber Maron traz um breve estudo sobre as proposições indicadas no documento denominado *Contribuições do I Seminário Nacional de Formação de Educadores de Jovens e Adultos* (SOARES, 2006), relatório final do evento de mesmo nome que, de alguma forma, também se faz presente nos documentos do Programa de Integração da Educação Profissional a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja). A autora de *O I Seminário Nacional de Formação de Educadores de Jovens e Adultos e os documentos do Proeja* procura verificar em que medida essas reflexões e propostas incidiram na elaboração do Documento Base do Proeja, na Proposta do Curso de Especialização do Proeja e nas demais ações desencadeadas com o Edital Proeja/Capes/Setec n. 03/2006. (BRASIL, 2006)

A análise, segundo ela, permite-nos concluir que alguns elementos encontrados nesses documentos denotam confluências entre as proposições e reivindicações presentes no documento do I Seminário de Formação, organizado pelo segmento das universidades que compõem os Fóruns de EJA do Brasil e os documentos do Proeja.

Mas e o que ela pretende com isso? Identificar a possibilidade de estabelecer vínculos/evidências de que as discussões presentes naquele relatório final influenciaram a política de formação docente ao Proeja.

Por último, a autora nos leva a refletir sobre em que medida as proposições das diretrizes para nortear a formação dos educadores de EJA apresentadas no referido relatório incidiram na organização do documento que orienta a elaboração da Proposta dos Cursos de Especialização do Proeja.

Os autores desta edição da revista *Paidéia* são professores do ensino fundamental, do ensino médio, da educação superior na graduação e na pós-graduação, educadores e pesquisadores de variadas temáticas na EJA, formados em diversas áreas do



conhecimento, tais como Belas-Artes, Educação Física, Filosofia, História e Pedagogia, que atuam em Fóruns de EJA de quatro Estados de quatro das cinco regiões de nosso país.

Enquanto escrevia este editorial e lia novamente cada um dos artigos, por inúmeras vezes me lembrava de uma citação de Paulo Freire e que muito bem expressa quem são os autores, de que tratam os artigos e pelo que lutam os Fóruns de EJA do Brasil:

Na vida, a gente tem que travar muitas brigas e se existe uma briga na vida que a gente tem de brigar é a briga pela dignidade coletiva; cada uma e cada um de nós briga esta briga numa esquina da vida. Você pode até mudar de esquina; o que você não pode é mudar de briga. (FREIRE, 1996, p. 8)

Esperamos com este número da revista *Paidéia* contribuir para que o leitor estabeleça um diálogo socrático com as questões aqui trazidas, que se aproxime e divulgue os Fóruns de EJA do Brasil e que este esforço de publicação da Universidade Fumec e do Neja/FaE/UFMG contribua para que nenhuma turma de EJA seja fechada.

Ótima leitura!

*Analise da Silva*

Professora adjunta da UFMG.

Coordenadora do Neja/FaE/UFMG.

Coordenadora do Fórum Mineiro de EJA.

Representante titular dos Fóruns de EJA do Brasil na Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (Cnaeja).

Líder do Grupo de Pesquisa Núcleo de Educação de Jovens e Adultos no CNPq.

---

## Referências

ANDRADE, Eliane Ribeiro; BRENNER, Ana Karina; FARAH NETO, Miguel. *Contribuições do Brasil no âmbito da iniciativa de alfabetização para o empoderamento*. Brasília: Unesco, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). *Edital Proeja-Capes/Setec n. 03/2006*. 2006. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/edital\\_proeja\\_capes\\_setec07.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/edital_proeja_capes_setec07.pdf)>. Acesso em: 14 jan. 2013.

FREIRE, Paulo. A experiência do MOVA. Organização Moacir Gadotti. São Paulo: Ministério da Educação e Desporto; Instituto Paulo Freire. p 85, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 78.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep). *Censo escolar*. 2013. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo>>. Acesso em: 12 maio 2013.